

Resenha

Renascimento da Tragédia

Sílvio Rosa Filho*

Ferreira Gonçalves, Márcia Cristina. *O belo e o destino – uma introdução à filosofia de Hegel*. São Paulo, Ed. Loyola, 2000.

Na linha de uma tese de doutoramento defendida em 1996 na Universidade Livre de Berlim, este livro chega em boa hora, quando as “Lições de Estética” de Hegel, graças a recente tradução brasileira, em parte se acham disponíveis. Em razão de sua clareza expositiva, o livro faz por merecer o subtítulo que estampa na capa: uma introdução à filosofia do professor alemão. Tomando posições muito nítidas, garantidas por firme argumentação e fartamente documentadas, a tese constitui, ao mesmo tempo, um estudo rigoroso que passo a passo acompanha a trajetória dos conceitos de “belo” e “destino”. Além disso, o aspecto mais acadêmico não impedirá que o leitor, como quer a autora, seja conduzido a “quase devaneios relativos ao próprio conteúdo da arte, à fantasia”. Nisso, livro e tese dão a pensar.

Sobre a arte grega, ainda é costume constatar a predominância do equilíbrio – só que, em detrimento de componentes de instabilidade, o aparecimento de uma serena harmonia tende a esfumar a dinâmica interna das

* Doutorando do Departamento de Filosofia (FFLCH-USP), foi bolsista do CNPQ no Brasil, e, na França, da CAPES junto à *Ecole Normale Supérieure*.

obras. Ao salientar as forças desse movimento e retrair os fios evolutivos do conceito de “belo”, Márcia Gonçalves indica as tramas de sua urdidura na estética hegeliana e acaba por contrabalançar aquela costumeira manifestação de conjunto. De um lado, o leitor assiste ao andamento clássico do belo: através da progressiva espiritualização da matéria sensível, ele decerto poderá reencontrar, na beleza grega de um deus esculpido, um exemplar do ideal expresso como harmonia; ao mesmo tempo, porém, não se deixa de jogar luz sobre uma divina tristeza cativa na pedra. De outro, a evolução do conceito clássico de arte se comunica com sua transmutação moderna, até mesmo por não permanecerem incontrastados: novamente posto em perspectiva histórica, o processo de realização espiritual vai se reunir – em certo sentido, como autonomização humana – à figura do protagonista trágico e a sua crescente subjetivação. Por este lado, em resumo, a harmonia da beleza toma ciência de uma “dissonância” presente no destino.

Ora, é justamente neste último itinerário – “progressivamente realista” – que Márcia Gonçalves põe sua ênfase. Porque frisa a tensão interna entre a idealidade e a sensibilidade, o conceito dissonante de destino se mostra indispensável para pleitear uma nova valorização do papel da arte no sistema. O ganho de compreensão consistirá em fazer sobressair a especificidade e a autonomia da arte em relação à importância da religião e da própria filosofia. Para tanto, o livro expõe e desenvolve uma contradição interna entre duas determinações do conceito hegeliano de arte: a do conteúdo absoluto ou divino, conhecido como “Idéia”, e a da forma finita e sensível, vivenciada pela “Intuição”. Desse modo, a autora reconhece uma transformação inerente ao belo ideal, a operada por meio da própria idealização; ao mesmo tempo, considera o destino da arte como destino “dialético”, não apenas como reivindicação de uma diferença frente à religião ou uma oposição perante à filosofia, mas como contradição peculiar entre o conteúdo espiritual e a forma que, na matéria, toma corpo e age.

É duplo o resultado dessa operação. Uma lição de consonância “realista”, em primeiro lugar. As obras de arte não valem como expressão do que o mundo deve ser, denegando aquilo que é: elas não se reduzem a veículos de uma idéia transcendental da razão teórica, suportes de uma idéia reguladora da razão prática, transcrição do doce sonho de uma paz perpétua. Ao contrário, quando o conceito de arte retorna àquilo que vem a ser realmente efetivo, pode-se entender a antropomorfização e a secularização dos conteúdos em sua forma prosaica e moderna. Por essa via, a obra de

arte participa da formação de uma cultura em que a contradição se torna exposta, não apenas nas altitudes quase proibitivas da filosofia especulativa, mas já na esfera da sensibilidade humana.

Uma lição, em segundo lugar, “dissonante”. O conceito de arte, determinando-a como expressão sensível da “Idéia”, não se reduz a uma negação pura e simples do mundo prosaico. Se não, entre a sociedade civil-burguesa e a interioridade lírica subjetiva, entre o prosaico em regime de expansão mundial e aqueles que se insurgem contra sua repetição ao infinito, bastaria a auto-afirmação isolada de um artista para que, na realização moderna do belo, se reconhecesse o sinal de uma transformação em curso nesse estado prosaico de coisas. Nem retorno a uma natureza idílica, nem adesão ao curso dado do mundo, a verdadeira liberdade da arte se enfeixa, por certo, na realização efetiva da liberdade. Sucede que, para Márcia Gonçalves, tal entrecruzamento consiste “na aceitação da contradição inevitável entre o finito e o infinito, responsável pelo próprio movimento do mundo” (p. 367). Essa autonomia diz respeito portanto, mas de modo sibilino e por efeitos de contra-luz, a uma compreensão da esfera sócio-política em escala histórico-mundial.

Dizíamos que o livro dá a pensar. Sua insistência – mais na dinâmica que na harmonia – acaba se concentrando no processo de humanização do destino, tal como Hegel o concebe no caso da poesia trágica grega: “A tragédia grega expressa pela primeira vez na história da arte o movimento da ação como afirmação da autoconsciência” (p. 312). Esse primado conferido a uma genealogia da individualidade ética codetermina a composição do livro e marca o seu tempo forte e final. Márcia Gonçalves se mostra ciente de evitar o exame da meta que fora projetada pelo professor alemão para o futuro da arte. Ou seja, decide não se ater à virtualidade de um retorno do gênero épico, representação da possível “vitória da ascendente e vital racionalidade americana sobre o encarceramento de um medir e particularizar infinitamente progressivos” (“Lições de Estética”, III, ed. Suhrkamp, p. 353).

Certamente este enunciado prospectivo de Hegel, citado, diz respeito a nosso presente: ele remete a nada menos que o tamanho da América. Se a ele Márcia Gonçalves preferiu voltar-se, cautelosa e reflexivamente, para o passado europeu, é porque repensa, a seu modo, o nascimento da tragédia. Diante do avanço da barbárie em escala histórico-mundial, documenta-se, de certa maneira, uma matriz civilizacional: já na origem grega da tragédia se engendrara o “pathos” substantivo de uma ação que, ainda movida

por princípio ético, não era nem puramente subjetivo, como no caso de uma consciência moral, nem puramente objetivo, como no caso da lei positiva. Cumpre no entanto formular, em ritmo de devaneio, ao menos duas questões. Que se assuma, como a autora, o vinco inevitável da contradição entre finito e infinito, de modo a relacioná-lo com a forma reflexiva do herói trágico, aquela que, todavia, “exige sua independência diante de todo político, mas que, como individualidade ética, mantém ao mesmo tempo uma estreita relação com este” (p. 259). Em que é que tal forma se mostraria suscetível de organizar componentes para a formação de uma tomada de decisão que fosse, desta feita, consistente com a supressão do regime de má-repetição ao infinito? A resposta, talvez o leitor possa esboçá-la, por sua conta e risco, nas páginas dedicadas à necessidade e função da arte. Se o retorno que se inclina para o passado pode, de fato, lançar as bases para uma defesa da arte como “forma de conscientização”, é porque a espiritualização do sensível é promessa de desalienação, assim como a revelação do destino é da ordem do espelhamento (págs. 61-62).

Se for para continuarmos otimistas, essa conscientização do espírito pelo espírito no campo da intuição se pronuncia como um convite: para que o leitor passe temporadas formadoras, em suma, em recinto similar a uma nova estrutura da sensibilidade. Seria este o caso de quem aceitasse o desafio para dar fibra a sua tomada de decisão – socialmente organizada e politicamente vertebrada – de suprimir a cisão que continua reinando entre, de um lado, os imperativos do desenvolvimento econômico, e, de outro, o reconhecimento efetivo de direitos válidos para todos. Homens e mulheres, sensibilizados na luta pela qual se sabem historicamente co-responsáveis, desde a gênese da tragédia, no velho mundo, até o seu possível renascimento, no novo. Mas assim fosse, logo estaríamos fazendo a viagem de volta, da Europa à América – à do Sul, inclusive. Ou será fantasia?